

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A VIOLÊNCIA À MULHER COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Valéria Aliprandi Lucido¹
Lucia Helena Garcia Penna²
Joana Iabrudi Carinhonha³
Raquel Fonseca Rodrigues³

A violência é um fenômeno social, multicausal e complexo que começa a ganhar visibilidade na agenda nacional de saúde. Ao reportarmos este fenômeno para Pessoas com Deficiência física faz-se necessário considerar uma sociedade segregante que valoriza o belo e tem dificuldade em aceitar a diversidade. A violência às mulheres com deficiência é parte da questão maior que envolve a violência às Pessoas com Deficiência - associam fatores socioculturais com as desigualdades de gênero e também da conquista de seus direitos enquanto cidadãos. As dificuldades destes jovens em exercitar seus direitos e buscar sua autonomia, através da inserção e participação social efetiva vai de encontro, indubitavelmente ao cumprimento da gama de direitos desta população. Parte essencial desses direitos diz respeito ao *direito à não violência* deste grupo social. A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) adquiriu 'status' de Emenda Constitucional, através do Decreto Legislativo nº186/2008. Para Paula et al (2010, p.56) “é o documento que coloca o tema da Deficiência no patamar dos Direitos Humanos”. Representa grande avanço, pois sua elaboração envolveu as próprias PcD, em consonância com o lema “*Nada sobre nós, sem nós.*” Vários artigos da referida Convenção tratam de aspectos da vida humana e, consequentemente da vida sexual, dentre eles o artigo 6º: “Mulheres com Deficiência”, o 19: “Vida independente e inclusão na comunidade” e 23: “Respeito pelo lar e pela família”, dentre outros. Apesar de todo este movimento, em torno deste documento, o mesmo não significou garantia ao respeito e implementação dos direitos das PcD no cenário nacional e internacional. Ao tomarmos como base para reflexão o poder simbólico de Pierre Bourdieu, podemos entender que a violência simbólica é: onde o poder de fazer ver e de fazer crer, de produzir e de impor uma visão, depende da posição ocupada no espaço social. (...) Esta violência invisível e silenciosa se exprime através das declarações expressas por locutores de classes diferentes e através de coerções pontuais ou duradouras, a que os dominados se submetem, sem o uso da força física **Objetivos:** Analisar a produção científica nacional e internacional acerca da violência à mulher com deficiência física. Apontar as características destas produções e identificar as possíveis lacunas, realizando um mapeamento do conhecimento produzido e discutir a realidade social brasileira desse grupo. **Metodologia:** Revisão integrativa da literatura, a partir de periódicos publicados na Biblioteca Virtual de Saúde – BVS entre 1994 e 2009, onde encontramos 12 (doze) artigos internacionais e nenhum nacional. **Resultados:** Verificou-se a invisibilidade das questões relacionadas a violência à mulher com deficiência física no cenário nacional, uma vez que não foram encontradas produções brasileiras que contemplassem essa discussão. É fundamental entender que a PcD é um indivíduo que além de sua condição física, apresenta-se vulnerável as questões sociais atuais, como a convivência urbana, a violência social presente também em várias esferas e

¹ Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). val.aliprandi@gmail.com

² Enfermeira Obstétrica. Doutora em Saúde da Criança e da Mulher IFF/FIOCRUZ . Professora Adjunta do Programa de Pós- Graduação em Enfermagem e do Departamento Materno-Infantil da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. luciapenna@terra.com.br (relatora)

³ Doutorandas do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

principalmente no interior das famílias. Nesse sentido, ao observarmos a inexistência ou pouca produção científica sobre essa temática já podemos caracterizar uma violência por omissão de reflexões teóricas dirigidas à esse grupo populacional, principalmente em relação as questões referentes à área da saúde. Considerando que a violência à mulher é considerada atualmente um problema de grande magnitude, um problema de saúde pública, não ter encontrado a temática da violência à mulher associada a deficiência física é alarmante. As poucas discussões e ou manifestações “inadequadas” sobre a integralidade da assistência à saúde de pessoas com deficiência, em particular mulheres, podem ser consequências diretas de um processo de socialização estigmatizado. É necessário ter um olhar mais ampliado para a vida dessas mulheres, lembrando que a sociedade ainda é baseada em modelos patriarcais e estéticos. Os componentes das famílias de crianças e jovens com deficiência devem admitir e compreender que seus filhos são pessoas plenamente capazes de se relacionar e no futuro constituir família, de adquirir independência, necessitando apenas de oportunidades e apoio. Pessoas com deficiência provenientes de famílias que as oferecem respostas e suporte para a construção de sua autonomia, tem maiores chances de transpor as barreiras sociais, lidar com o *imaginário social* e com as percepções estigmatizantes que, certamente encontrarão.

Conclusão: É necessário compreender o contexto social da mulher com deficiência, identificar os fatores de risco e seus pontos de vulnerabilidade. Compreendendo a trajetória da violência é possível oferecer visibilidade e reformular as políticas públicas direcionadas à este grupo. Fica destacada a necessidade de observação e abordagem deste fenômeno, com todas as suas peculiaridades, nas Estratégias de Saúde da Família. Este é um estudo que aponta uma temática emergente, seja pelo foco de luz oferecido pelas políticas públicas às populações com deficiência, seja pela conquista desse grupo por alguns direitos. Cabe aos pesquisadores avançarem suas curiosidades e propostas de atenção à esse grupo. Acreditamos na necessidade de novas produções científicas realizadas por profissionais de saúde, e que o olhar do enfermeiro para com os seus clientes deva ser integral, vendo-o como um ser social e não apenas fisiológico. Com o começo dos debates de gênero nas escolas de saúde, acreditamos na abertura de novos caminhos para a construção da cidadania e a retomada do respeito que estas mulheres merecem.

Contribuições para a enfermagem: Este estudo tem sua relevância a medida que mapeia as produções existentes sobre a violência à mulher com deficiência física, sua relação com as questões de gênero; também auxilia na construção de propostas de cuidar à esse grupo de mulheres em situação de vulnerabilidade principalmente as relativas à violência de gênero, à saúde sexual e reprodutiva; permite despertar para o conhecimento produzido e o ainda a ser produzido, particularmente na área da enfermagem.

Referencias: 1. Oliveira DC. Análise de conteúdo temático-categorial: Uma proposta de sistematização. Rev enferm UERJ. 2008 out-dez;16(4):569-76. 2. GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas da manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC. 1988. 3. OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (Switzerland). Relatório mundial sobre a deficiência. Genebra, 2011. 4. BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998 apud VARGENS, Octavio Muniz da Costa; PROGIANTI, Jane Márcia; O processo de desmedicalização da assistência à mulher no ensino de enfermagem. Rev Esc Enferm USP 2004; 38(1): 46-50. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reensp/v38n1/06.pdf> > Acesso em 28 mar. 2012.

Descritores; Pessoas com deficiência física – Violência – Saúde da Mulher
Área Temática: Produção Social e Trabalho em Saúde e Enfermagem